

Vitória do SINMGRA

TDK aceita pagar PPR de R\$7.500,00 para o biênio 2022-2023

Segundo o diretor jurídico Edson Dorneles, essa proposta em termos de valor do prêmio significa mais de 44% de correção. Um enorme avanço para os trabalhadores.

Isso porque, na última sexta-feira (10), se reuniram os representantes do SINMGRA, da comissão e da empresa para tratar do PPR. E, na ocasião, o nível de diálogo foi muito positivo. Os representantes do sindicato, desde o início, enfatizaram a necessidade da empresa ter a sensibilidade de ouvir as reivindicações do chão de fábrica e avançar num novo modelo de PPR que pague mais e, assim, motive os trabalhadores a apostar no programa.



Fabiana, Gregório, Jesus, Adão, Edson

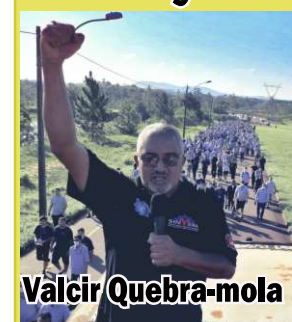
A TDK aceitou fazer o acordo de PPR bianual e mudar o atual modelo por um único que tem como base o resultado operacional que é aquele antes do pagamento de impostos e despesas.

Depois de algumas divergências conceituais,

sobre o percentual do resultado operacional, o adiantamento da primeira parcela e a cláusula de salvaguarda a empresa apresentou sua proposta para compor acordo coletivo no valor do prêmio de R\$3.500,00 para 2022 e R\$4.000,00 para 2023.

No próximo dia 24 ocorrerá mais uma rodada de negociação para ajustar os pontos divergentes. E, depois disso, faremos a assembleia geral para validação dos trabalhadores.

Inflação e desemprego agrava a fome no Brasil



Valcir Quebra-mola

A fome sempre foi um problema grave no Brasil, mas a situação piorou muito. Segundo pesquisa da Rede PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), 4 em 10 famílias conseguiram pleno acesso à alimentação, cerca de 33 milhões de brasileiros passam fome e 125 milhões estão em situação de vulnerabilidade alimentar.

Para o diretor do **SINMGRA** e sociólogo Valcir quebra-mola “a continuidade do desmonte de

políticas públicas, a piora no cenário econômico, o acirramento das desigualdades sociais tornou o quadro ainda mais perverso. Enquanto o presidente gasta milhões com o cartão corporativo o povo amargura com a fome e a miséria”.

Entre os desempregados, a situação é mais preocupante, 1 de cada 3 brasileiros já fez algo que lhe causou vergonha, tristeza ou constrangimento para conseguir alimento. O dado corresponde a 5,9 milhões de famílias no Brasil obrigadas a usar de meios social e humanamente inaceitáveis para obtenção de alimentos.

Brasil um país em declínio

Preocupado unicamente com o processo eleitoral e a busca da reeleição, o governo opera a gestão desastrosa da economia, que mantém o crescimento do país em patamares inferiores aos dos vizinhos da América do Sul.

O país está à deriva, a economia a beira do colapso e a única ação executada pelo governo é entregar as riquezas minerais ao estrangeiro, aprofundar o desemprego e

ampliar a pobreza. A aceleração da inflação no Brasil é um dos aspectos mais devastadores para as condições de vida da classe trabalhadora, os efeitos imediatos da sequência de 10 elevações na taxa básica, desde janeiro do ano passado, são sentidos pela população.

Segundo o DIEESE o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler

a R\$ 6.754,33, ou 5,57 vezes o mínimo de R\$1.212,00.

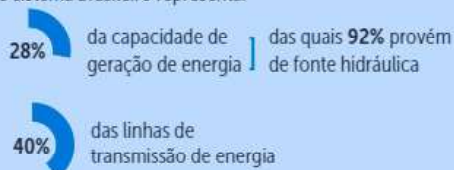
Se o aumento de juros não resolve o problema inflacionário, ele é essencial para turbinar os lucros exorbitantes dos bancos. O governo Bolsonaro transferiu aos detentores de títulos da dívida pública (bancos, fundos de investimento, investidores), sob a forma de pagamento de juros, em 12 meses até fevereiro de 2022, R\$ 422,5 bilhões (4,78% do PIB).

PRIVATIZAÇÃO DA ELETOBRAS RISCO PARA A SOBERANIA ENERGÉTICA DO PAÍS

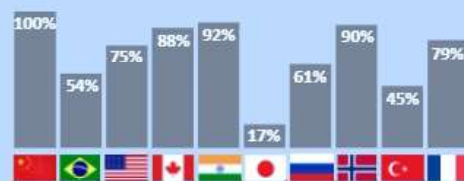
Atualizado em junho de 2022

ELETOBRAS é a maior empresa do setor na América Latina, a segunda maior em geração de energia hidráulica e a terceira em termos de matriz energética limpa e renovável

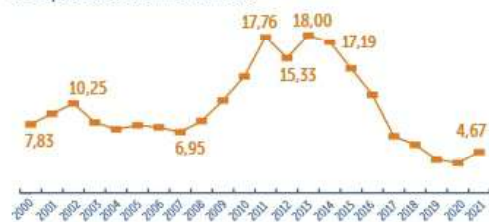
No sistema brasileiro representa:



Dos 10 maiores geradores de energia de fonte hidrelétrica no mundo, oito países mantêm controle estatal de mais da metade da capacidade instalada das usinas:



INVESTIMENTOS: entre 2000 e 2021, investiu mais de 200 bilhões de reais. O investimento anual já superou 15 bilhões de reais e sofreu forte redução a partir de 2017, em função de decisões políticas, visando a privatização, não por falta de capacidade de investimento



Fonte: Relatórios Anuais da Eletrobras, Elaboração DIEESE. Obs. valores em bilhões de reais (R\$) e atualizado pelo IPCA

DÍVIDA/EBITDA: o indicador teve uma trajetória de recuperação consistente nos últimos anos, demonstrando capacidade de obtenção de financiamentos de longo prazo



CREDIBILIDADE E SAÚDE FINANCEIRA PARA LIDERAR A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO PAÍS



TRABALHADORES: a partir de 2018, as demissões têm como objetivo enxugar a empresa, visando a privatização. Representam perda de conhecimento técnico com riscos para o sistema



CEPEL: Centro de Pesquisas em Energia Elétrica da Eletrobras poderá ser desativado ou incorporado pela iniciativa privada seis anos após a privatização

A CONTA DE LUZ VAI AUMENTAR

Atualmente, a energia gerada por 20 hidrelétricas da Eletrobras tem o valor regulado. Para atender principalmente o consumidor residencial, entra no sistema elétrico brasileiro a preço de custo. Com a privatização, a energia dessas usinas será comercializada a preços maiores, com repasse para a conta de luz.

Além disso, os chamados 'jabutis' introduzidos na privatização (contratação de termelétricas, prorrogação de subsídios a empreendimentos já amortizados) também vão impactar a tarifa.

Especialistas de diversas correntes estimam que a conta de luz pode aumentar entre 15% e 25%.

NA CONTRAMÃO DO MUNDO

Segundo o Instituto Transnacional (TNI), entre 2000 e 2019 ocorreram 1.408 casos bem-sucedidos de reestatização e criação de serviços públicos em diversos setores de atividade, envolvendo 2.400 cidades em 58 países. No setor de energia foram 374 reestatizações de serviços municipais, representando 27% do total.

As questões de soberania e segurança energética, os desafios relacionados à transição energética e as demandas por maior democratização do acesso à energia elétrica ensejam o controle estatal no setor.

A condição de monopólio natural, característica da geração hidrelétrica, deve compreender o interesse coletivo envolvido na gestão de bacias hidrográficas.

No caso da transmissão de energia, há também um monopólio natural. É fundamental destacar o papel na integração e redução de disparidades regionais no acesso à energia elétrica.

PERDA DE AUTONOMIA NA POLÍTICA NUCLEAR

Com a privatização da Eletrobras, há enorme risco de perda de controle do Estado sobre a política nuclear brasileira.

www.dieese.org.br

DIEESE

Bolsonaro ataca novamente os trabalhadores

Mais um ataque aos direitos dos trabalhadores está em curso, o Projeto de Lei 2383/21. O Governo estuda ampliar a flexibilização do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), sob a justificativa de reduzir o custo das empresas.

As MPs (Medidas provisórias) propostas pelo Ministério da Economia visam cortar a alíquota de contribuição que as empresas recolhem sobre o salário dos trabalhadores, de 8% para 2%, e reduzir a multa paga em caso de demissão sem justa causa, de 40% para 20%.

#cortardireitosnaogeraempregos